Artigo 106.º

Os casos omissos serão resolvidos pela assembleia geral.

Artigo 107.º

Estes estatutos foram aprovados pela assembleia geral, cujos trabalhos terminaram em 16 de Fevereiro de 2004 e entram em vigor em 16 de Março de 2004, revogando quaisquer outros e só poderão ser alterados em assembleia geral expressamente convocada para esse efeito.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

28 de Junho de 2005. — A Segunda-Ajudante, *Maria Madalena de Matos Correia de Azevedo*.

2007561298

TUBAGINOX — SERVIÇOS DE SOLDADURA, L.ª**Anúncio n.º 6297/2007**

Conservatória do Registo Comercial de Vila Franca de Xira. Matrícula n.º 06781/050406; identificação de pessoa colectiva: 507250770; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 06/050406.

Certifico que entre Ana Cristina Gameiro da Silva e Sílvia Cristina Pereira Lopes foi constituída a sociedade em epígrafe, que se rege pelos artigos constantes do seguinte contrato:

Artigo 1.º

1 — A sociedade adopta a firma TUBAGINOX — Serviços de Soldadura, L.ª

2 — A sociedade tem a sua sede na Quinta do Cavaleiro, 24, rés-do-chão, freguesia de Alverca do Ribatejo, concelho de Vila Franca de Xira.

3 — Por simples deliberação da gerência, pode a sede ser deslocada dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe, podendo ainda criar e encerrar sucursais, filiais, agências ou outras formas locais de representação no território nacional ou no estrangeiro.

Artigo 2.º

O objecto da sociedade consiste em prestação de serviços de seralharia, tubagens e soldaduras.

Artigo 3.º

1 — O capital social é de € 5000, encontra-se integralmente realizado em dinheiro e corresponde à soma de duas quotas iguais do valor nominal de € 2500 cada, tituladas uma por cada sócia.

2 — As sócias poderão ser exigidas prestações suplementares de capital até ao montante global de € 50 000.

3 — Depende de deliberação das sócias a celebração de contratos de suprimentos.

Artigo 4.º

1 — A gerência da sociedade compete aos gerentes, sócios ou não sócios, a nomear em assembleia geral, com ou sem remuneração, conforme aí for deliberado.

2 — Para vincular a sociedade é necessária a intervenção de dois gerentes.

3 — A remuneração da gerência poderá consistir, total ou parcialmente, em participação nos lucros da sociedade.

Artigo 5.º

A sociedade poderá participar no capital social de outras sociedades, mesmo com objecto diferente do seu, e em sociedades reguladas por leis especiais ou em agrupamentos complementares de empresas.

Artigo 6.º

A cessão de quotas a não sócios depende do consentimento da sociedade, que terá sempre o direito de preferência, o qual, de seguida, se defere aos sócios não cedentes.

Artigo 7.º

1 — A sociedade poderá amortizar qualquer quota nos seguintes casos:

a) Por acordo com o respectivo titular;

b) Quando a quota for objecto de penhora, arresto ou adjudicação em juízo, falência ou cessão gratuita não autorizada;

c) Quando o sócio praticar actos que violem o pacto social ou as obrigações sociais;

d) No caso de morte de sócio a quem não sucedam herdeiros legítimos;

e) Quando, em partilha, a quota for adjudicada a quem não seja sócio;

f) Por interdição ou inabilitação de qualquer sócio;

g) Por exoneração ou exclusão de um sócio;

h) Quando a quota tiver sido cedida a terceiros sem o prévio consentimento da sociedade, tomado por maioria, em assembleia geral.

2 — As sócias podem deliberar que a quota amortizada figure no balanço e que, posteriormente, sejam criadas uma ou várias quotas destinadas a serem alienadas a um ou a alguns dos sócios ou terceiros.

3 — Salvo acordo em contrário ou disposição legal imperativa, a contrapartida da amortização será o valor que resultar do último balanço aprovado.

4 — Se por falecimento de um sócio a respectiva quota não for amortizada no prazo de 90 dias a contar da data do falecimento, os herdeiros deverão designar, de entre eles, um representante comum.

Artigo 8.º

Aos lucros líquidos anualmente apurados, depois de deduzida a percentagem para reserva legal, será dado o destino que vier a ser deliberado em assembleia geral.

Disposição transitória

1 — Ficam desde já nomeadas gerentes as sócias.

2 — A gerência fica, desde já, autorizada a levantar a totalidade do capital social depositado a fim de custear as despesas de constituição e de registo da sociedade, aquisição de equipamento e instalação da sede social e a adquirir para esta quaisquer bens móveis, imóveis ou direitos, mesmo antes do seu registo definitivo, assumindo a sociedade todos os actos praticados pela gerência, nesse período, logo que definitivamente matriculada.

Está conforme o original.

12 de Abril de 2005. — A Primeira-Ajudante, *Maria Helena Selas Gonçalves Bento*.

2006941194

V. MENEZES, S. A.**(anteriormente VARELA & MENEZES, L.ª)****Anúncio n.º 6298/2007**

Sede: Avenida dos Combatentes, Edifício Basmaior, Fonte Lagoa, Rio Maior.

Conservatória do Registo Comercial de Rio Maior. Matrícula n.º 1274/041102; identificação de pessoa colectiva n.º 505344564; inscrição n.º 10; número e data da apresentação: 06/041102.

Certifico que, por escritura de 28 de Setembro de 2004 no 2.º Cartório Notarial de Leiria, foi alterado o corpo do artigo 1.º e artigo 3.º do contrato social, da sociedade em epígrafe, o qual passou a ter a seguinte redacção:

«Artigo 1.º

A sociedade adopta a firma Varela & Menezes, L.ª, e tem a sua sede na Avenida dos Combatentes, Edifício Basmaior, Fonte Lagoa, Rio Maior.

Artigo 3.º

O capital social, integralmente realizado, é de € 50 000, representado por cinco quotas: uma no valor nominal de € 46 000, pertencente ao sócio Bruno Miguel Batista Menezes e quatro de valor nominal € 1000 cada, pertencentes uma a cada um dos sócios Carlos Alberto Dias Menezes, Jesuína Batista Henriques Menezes, Carla do Rosário Batista Menezes e Ana Filipa dos Santos Oliveira Faria.»

Contrato social**CAPÍTULO I****Denominação, sede, duração e objecto**

Artigo 1.º

A sociedade adopta a denominação de V. Menezes, S. A.

Artigo 2.º

A sociedade tem por objecto a pintura, revestimento de paredes e montagem de trabalhos de carpintaria e caixilharia.

Artigo 3.º

A sociedade poderá adquirir livremente participações sociais em outras sociedades de responsabilidade limitada, com objecto idêntico ou diferente, bem como em sociedades reguladas por legislação especial e em agrupamentos complementares de empresas.

Artigo 4.º

1 — A sociedade tem a sua sede na Avenida dos Combatentes, Edifício Basmaior, Fonte Lagoa, Rio Maior.

2 — Por simples deliberação do conselho de administração, poderá a sociedade transferir a sua sede social para qualquer outro local dentro do mesmo concelho ou concelho limítrofe, bem como criar sucursais, filiais, agências ou qualquer outra forma de representação permanente, em território nacional ou no estrangeiro.

CAPÍTULO II

Capital, acções e obrigações

Artigo 5.º

1 — O capital social é de € 50 000, representado por 50 acções, com o valor nominal de € 1000 cada, e está integralmente subscrito e realizado.

2 — As acções serão ao portador e serão representadas por títulos de 1, 5, 10 e 50 acções.

3 — Os títulos serão subscritos pelo presidente do conselho de administração, podendo a respectiva assinatura ser de chancela.

Artigo 6.º

O capital social poderá ser elevado, por uma ou mais vezes nas modalidades permitidas por lei, até ao montante de € 5 000 000 e por simples deliberação da administração, que fixará a forma e as condições de subscrição.

Artigo 7.º

A sociedade poderá emitir títulos de dívida, incluindo obrigações, papel comercial e *warrants*, incluindo sobre valores mobiliários próprios, nos termos da lei e nas acções que forem estabelecidas em deliberação da assembleia geral ou da administração.

Artigo 8.º

O exercício social coincide com o ano civil.

CAPÍTULO III

Órgãos sociais

Artigo 9.º

A sociedade tem por órgãos sociais a assembleia geral, o conselho de administração e o fiscal único.

CAPÍTULO IV

Assembleia geral

Artigo 10.º

A mesa da assembleia geral é constituída por um presidente e um secretário eleitos pela assembleia geral por um período de quatro anos, de entre accionistas ou outras pessoas.

Artigo 11.º

1 — Têm o direito de estar presente na assembleia geral e aí discutir e votar todos os accionistas com direito a pelo menos um voto.
2 — A cada € 500 de capital corresponde um voto.

Artigo 12.º

As assembleias gerais serão convocadas com a antecedência mínima de 30 dias.

Artigo 13.º

Em primeira convocatória, a assembleia geral só poderá reunir e deliberar estando presentes accionistas titulares da maioria absoluta do capital social.

CAPÍTULO V

Conselho de administração

Artigo 14.º

1 — A administração da sociedade ficará a cargo de um administrador único ou de um conselho de administração, constituído por um número ímpar de membros, entre três ou cinco a determinar em assembleia geral.

2 — Os administradores podem ou não ser accionistas e serão eleitos pelo período de quatro anos, podendo ser reeleitos.

3 — Ao administrador único ou ao presidente do conselho de administração, eleito pela assembleia geral ou designado pelo conselho, cabe voto de qualidade em caso de empate nas deliberações.

4 — O administrador único ou o conselho de administração poderá nomear procuradores para a sociedade nos termos gerais de direito.

Artigo 15.º

1 — Ao administrador único ou ao conselho de administração compete representar e gerir a sociedade nos mais amplos termos em direito permitidos.

2 — É, porém, vedado ao administrador único ou ao conselho de administração vincular a sociedade em actos estranhos ao interesse da mesma.

Artigo 16.º

1 — A sociedade obriga-se:

- a) Com a assinatura do administrador único ou a do presidente do conselho de administração, quando este exista;
- b) Pelas assinaturas conjuntas de dois administradores.

2 — Em actos de mero expediente basta a assinatura de qualquer administrador.

CAPÍTULO VI

Fiscalização

Artigo 17.º

1 — A fiscalização da sociedade compete a um fiscal único, que terá sempre um suplente.

2 — O fiscal único e o suplente são eleitos pela assembleia geral, por um período de quatro anos, reelegíveis.

3 — O fiscal único e o suplente serão revisores oficiais de contas ou sociedades de revisores oficiais de contas.

CAPÍTULO VII

Disposições diversas

Artigo 18.º

1 — Os lucros sociais, distribuída a parte destinada a constituir as reservas obrigatórias, terão o destino que lhes for dado por deliberação da assembleia geral, sem qualquer limitação que não seja a decorrente de disposição legal imperativa.

2 — Serão autorizados adiantamentos sobre lucros no decurso do exercício, até ao máximo permitido por lei.

Artigo 19.º

Em caso de liquidação da sociedade, e salvo deliberação em contrário, os administradores em exercício, contra os quais não esteja em curso ou tenha sido deliberada a instauração de acção de responsabilidade passarão a exercer as funções de liquidatários.

Foi ainda deliberado transformar a referida sociedade numa sociedade anónima.

Conferida, está conforme.

12 de Novembro de 2004. — A Primeira-Ajudante, *Ricardina L. Quelhas S. C. Santos*.